

OS IMPACTOS DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA REGIÃO NORESTE DO ESPÍRITO SANTO: INICIATIVAS INOVADORAS DO INSTITUTO FEDERAL - CÂMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO

EVERALDO DE FRANÇA¹

ALEX CANAL FREITAS²

HIATA ANDERSON SILVA DO NASCIMENTO³

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão acerca de algumas ações de extensão realizadas no Instituto Federal do Espírito Santo- IFES - Câmpus Barra de São Francisco (Câmpus BSF). Ressalta que um dos papéis das Instituições de Educação, Ciência e Tecnologia é buscar novos modelos de ação mais flexíveis às mudanças locais e regionais da sociedade e a capacidade de adaptação inovadora. As atividades de extensão desempenhadas por instituições como o Câmpus BSF visam a ampliar oportunidades educacionais, facilitando o acesso aos processos de formação e de qualificação profissional de grupos sociais externos ao IFES. Os objetivos das atividades de extensão foram: contribuir para a formação continuada de professores de escolas municipais, contribuir para o desenvolvimento e a aproximação do aluno técnico em administração do Câmpus BSF com o mercado de trabalho local, introduzindo-o no tema Inovação e Propriedade Intelectual para estimular o espírito empreendedor do estudante. São nas atividades de extensão que se forma um espaço

¹ Professor of Intellectual Property of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Espírito Santo- IFES Câmpus Barra de São Francisco/ES, Avenida Dona Minelvina Garcia de Lima, 218 – Vila Gonçalves, Barra de São Francisco – ES, Brazil, CEP: 29800-000, Phone:+55027981647112, everaldo.franca@ifes.edu.br

² Professor of Law, in the Instituto Federal do Espírito Santo, master in Fundamentals Rights/FDV and lawyer.

³ Professor de Sociologia, no Instituto Federal do Espírito Santo/Câmpus Barra de São Francisco.

fundamental para a construção dos caminhos que visam ao desenvolvimento local e regional. Tais ações no Câmpus BSF enriquecem não apenas o aluno, mas também o currículo profissional e abrem caminhos para o aperfeiçoamento da autonomia e do olhar crítico dos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Extensão; inovação; IFES; cidadania; autonomia.

THE IMPACTS OF EXTENSION ACTIVITIES IN NORESTE REGION OF
ESPIRITO SANTO: INNOVATIVE INITIATIVES OF THE FEDERAL INS-
TITUTE – CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO

Abstract: The paper presents a reflection about some actions of extension performed in Federal Institute of the Espírito Santo-IFES Campus San Francisco Bar (Campus BSF). It stresses that one of the roles of the institutions of education, science and technology is to seek new models of action more flexible to local and regional changes in society, and innovative capacity for adaptation. The extension activities carried out by institutions such as the Campus BSF are aimed at expanding educational opportunities, facilitating access to the processes of training and professional qualification of external social groups to the IFES. The objectives of the extension activities were: contribute to the continued training of teachers of municipal schools, contribute to the development and the approximation of the student technician in administration of Campus BSF with the local employment market, introducing him into the theme of Innovation and Intellectual Property to stimulate the entrepreneurial spirit of the student. Are in extension activities that form a fundamental space for the construction of the paths that are aimed at local and regional development. Such actions in the Campus BSF enrich not only the student, but also its curriculum, professional and open roads for the improvement of autonomy and critical eye of social individual.

keywords: Extension. Innovation. Ifes. Citizenship. Autonomy

IMPACTOS DE LAS ATCTIVIDADES DE EXTENSIÓN DE LA REGIÓN
NORESTE DE EL ESPIRITO SANTO: INICIATIVAS INNOVADORAS DEL
INSTITUTO FEDERAL – CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO

Resumen: Este artículo presenta una reflexión sobre algunos la prolongación de las acciones llevadas a cabo en el Instituto Federal del Estado de Espírito Santo- Câmpus IFES Barra de São Francisco (Câmpus BSF). Es de destacar que una de las funciones de las instituciones educativas, la ciencia y la tecnología es buscar nuevos modelos

más flexibles de acción a nivel local y regional, los cambios en la sociedad innovadora y adaptabilidad. Las actividades de extensión realizadas por instituciones como el Campus BSF procuran ampliar las oportunidades educativas, facilitando el acceso a los procesos de formación y capacitación de grupos sociales externos a la IFES. Los objetivos de las actividades de extensión están contribuyendo a la formación continua de los profesores de la escuela municipal, contribuir al desarrollo y el enfoque del estudiante de técnico en gestión de Campus BSF con el mercado laboral local, introduciendo en el tema de la innovación y la propiedad intelectual para estimular el espíritu emprendedor del estudiante. Están en las actividades de extensión que forma un espacio clave para la construcción de carreteras destinado al desarrollo local y regional. Los objetivos de las actividades de extensión están contribuyendo a la formación continua de los profesores de la escuela municipal, contribuir al desarrollo y el enfoque del estudiante de técnico en gestión de Campus BSF con el mercado laboral local, introduciendo en el tema de la innovación y la propiedad intelectual para estimular el espíritu emprendedor del estudiante. Están en las actividades de extensión que forma un espacio clave para la construcción de carreteras destinado al desarrollo local y regional. Tales acciones en el campus BSF enriquecer no sólo al estudiante sino también su currículum profesional y allanar el camino para la mejora de la autonomía y el juicio crítico del individuo social.

Palabras clave: Extensión. Innovación. Ifes. Ciudadanía. Autonomía

INTRODUÇÃO

Atualmente é possível perceber no Brasil grandes mudanças ocorridas tanto no campo socioeconômico e político quanto no da cultura, da ciência e da tecnologia. De acordo com a legislação brasileira, o tripé formado pelo Ensino, Pesquisa e Extensão constitui o eixo fundamental das Instituições Científicas Tecnológicas e não podem ser dissociados (MOITA e ANDRADE, 2009; ROSARIO et al, 2013).

Ao mesmo tempo em que se verificam intensas transformações culturais em decorrência dos avanços tecnológicos, percebe-se também a centralidade de um novo modelo de educação, dessa vez voltado para o incremento da produção e para a inserção positiva das sociedades na corrida tecnológica e nas disputas por inovação. Nesse cenário, cada vez mais competitivo, a educação consolida-se como uma estratégia sem a qual a posição e a participação de países e sociedades no mercado mundial ficam comprometidas.

Ao lado disso, ocorre um movimento por parte das autoridades governamentais, no sentido de regionalizar e interiorizar as ações dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, de forma que uma educação definida a partir desses marcos e portadora de significativa qualidade se espalhe pelas diversas regiões do país. Ao sair do eixo das grandes cidades e ao atuar em pontos antes não alcançados pela educação tecnológica, os Institutos Federais de Ensino tendem a produzir grandes impactos nas áreas nas quais passam a atuar.

Para além do impacto do estímulo ao desenvolvimento regional, a presença das escolas federais nos mais diversos pontos do interior do Brasil também coloca uma série de desafios para aqueles encarregados da formatação e da gestão das políticas de ensino. Dentre esses desafios, destacam-se dois: em primeiro lugar, o de tornar esses espaços de atuação em locais atrativos para docentes e demais servidores envolvidos no processo educacional. Para isso, mais do que salários ou planos de carreira, é fundamental uma política de atração que considere, sobretudo, condições estruturais capazes de garantir a permanência desses profissionais nessas cidades e regiões. Um segundo desafio indicado, diz respeito à melhor estruturação do ensino básico/fundamental nas regiões interiores, de maneira que se tenham condições desde cedo para a formação de estudantes com uma boa base escolar; uma base que seja capaz de lhes fornecer condições dignas de inserção nas Escolas Tecnológicas Federais.

Desse ponto de vista, o sucesso das Instituições de Ensino Federais requer o cumprimento de alguns desses requisitos. A criação de uma cultura de inovação passa por um desenho mais preciso desses desafios postos às instituições educacionais.

Conhecimento e inovação representam importantes fatores para o desenvolvimento científico e tecnológico das Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como para a mudança do panorama sócio-econômico e cultural da sociedade. A inovação também está relacionada com o papel dos docentes nas Instituições Modernas de Educação, Ciência e Tecnologia (ICTs), extrapolando os limites da produção científica e da disseminação do conhecimento.

Com a disseminação da cultura de inovação no Brasil, as ICTs passaram a exercer um papel mais pró-ativo, procurando formas de contribuir com o desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural da sociedade. Uma das barreiras desse novo papel das Instituições de Educação, Ciência e Tecnologia é inovar em suas ações, erradicando seus vícios seculares e oportunizando conhecimento próprio de vanguarda que beneficie a sociedade (SOUZA, 2012).

Segundo Pacheco (2010), na área educacional o Governo Federal tem implementado políticas públicas que abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos terem acesso ao Ensino Técnico. Na busca por alinhar essas políticas de ampliação do acesso à educação, de permanência e aprendizagem do aluno no sistema de ensino brasileiro é que se percebe o papel relevante dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica atua de acordo com a previsão legal de ofertar uma formação educacional (técnica, científica e tecnológica) em todos os níveis e modalidades de ensino – da educação básica até a pós-graduação, assim como intenta promover a extensão tecnológica e o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, entre outros enfoques. Essa rede configura-se em um modelo institucional único no país e no mundo, porém com grandes questões que precisam ser tratadas de forma integrada às demandas da atual sociedade em que estamos inseridos no século XXI, a sociedade do conhecimento.

Assim, o cenário para o desenvolvimento de ações de Extensão acopladas com o Ensino e a Pesquisa, torna-se cada vez mais presente e importante para a educação e para o país. O Plano Nacional de Extensão, do Ministério da Educação (2007), define as atividades de Extensão nos seguintes termos:

(...) práticas acadêmicas que interligam a Universidade e a comunidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, proporcionando a formação do profissional cidadão através da busca constante do equilíbrio entre as demandas sociais e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Analisando-se o conteúdo do que preconiza o Plano, pode-se destacar que a Extensão apresenta-se como uma das atribuições do trabalho docente e firma-se como um conjunto de atividades cujo objetivo é de proporcionar o maior intercâmbio entre a Universidade e a comunidade.

Ao permitir o enlaçamento entre a escola e a comunidade, verifica-se que as atividades de Extensão possibilitam a transferência e o intercâmbio de saberes, cujas lógicas de funcionamento são distintas, mas, ao mesmo tempo, complementares. Dessa forma, abre-se caminho para uma leitura que pense os diversos conhecimentos – não a partir de uma perspectiva hierarquizadora – mas de um ângulo que leve em consideração a singularidade e a dinâmica interna desses conhecimentos produzidos nas diversas instâncias da vida social. Problematizam-se os saberes e, ao mesmo tempo, a forma como se relacionam

e interagem dentro da sociedade, aproximando pesquisadores/as, estudantes e pessoas das comunidades, dando maior visibilidade ao trabalho da escola, ao beneficiar de forma direta os grupos sociais que se encontram no seu entorno.

Assim sendo, a Extensão incorpora uma importante faceta, qual seja, a de dar sentido e relevância sociais aos trabalhos realizados no contexto universitário. Ao lado do ensino e da pesquisa, a extensão permite a problematização de temas ou de questões enfrentadas todos os dias no ambiente das salas de aula, tornando possível a ampliação do próprio sentido das práticas pedagógicas e do processo ensino-aprendizagem, ao conectar teoria e prática no percurso de formação de um/a estudante.

DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/CÂMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO E DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. O IFES / Câmpus Barra de São Francisco (IFES/BSF) compõe terceira fase de expansão da Rede Federal, anunciada em agosto de 2011, pelo Ministério da Educação.

Dentre os municípios da Região Noroeste, supracitados na figura 2, Barra de São Francisco detém a maior extensão de área territorial, com 941,796 km². O município é constituído por 7 distritos: Barra de São Francisco, Cachoeira de Itaúna, Itaperuna, Monte Senir, Paulista, Poranga e Santo Antônio. Elevado à categoria de cidade em 31 de janeiro de 1943, o município de Barra de São Francisco localiza-se a 192m de altitude, a Noroeste do Estado do Espírito Santo, a uma latitude Sul 18° 45' 37" e longitude Oeste 40° 43' 48" (INCAPER, 2014).

De acordo com o IBGE (2015), a estimativa para Barra de São Francisco, em 2015, foi de aproximadamente 44.599 habitantes, com densidade demográfica de 43,16 (hab/km²). A distribuição espacial desses habitantes concentra-se em cerca de 60 comunidades bem definidas, segundo informações do INCAPER (2014). Considerando-se indicadores como expectativa de vida, tempo de escolaridade, que reflete ao acesso da população ao conhecimento e renda, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Barra de São Francisco ficou em 0,683, conforme dados da ONU (Atlas Brasil, 2013). Pela escala, esse índice é considerado médio, enquanto o índice geral do Estado é considerado muito alto.

A proposta educacional do IFES /Câmpus Barra de São Francisco prima pelo desenvolvimento integral do aluno como pessoa solidária, cidadã, autônoma e comprometida com as transformações sociais, políticas e culturais do mundo do trabalho, capaz de atuar no mercado de trabalho, na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

As ações levadas a cabo por essa Instituição têm destacado a importância de se criar alianças entre os arranjos produtivos locais e os demais setores da região, com as práticas pedagógicas que se estabelecem no contexto das salas de aulas. Com isso, para além de um espaço de reprodução ou repetição de conhecimentos acumulados, a sala de aula passa a ser vista como lócus por excelência para a difusão de estratégias inovadoras, com o objetivo central de contribuir para as reduções das iniquidades sociais e a formação de uma sociedade na qual as disparidades sejam reduzidas. Ao mesmo tempo em que se estuda, em que se tem contato com as temáticas próprias do mundo do trabalho e dos dramas do cotidiano, tenta-se fazer conexões com o contexto maior no qual a escola encontra-se localizada, de modo que os conhecimentos teóricos adquiridos no ambiente escolar, sejam usados como ferramentas para uma leitura e para uma intervenção mais elaborado no ‘mundo da vida’.

Diversas ações de extensão realizadas no âmbito do IFES /Câmpus Barra de São Francisco tem se estruturado dessa forma, num esforço de conectar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Isso porque, ao mesmo tempo em que se ensina ou se trabalha um determinado assunto, aprofunda-se nessa temática, investiga-se o modo como tal questão foi problematizada a partir de outras abordagens teóricas e metodológicas e, por fim, pensa-se de que maneira intervir no contexto imediato de vida, contribuindo para que o conhecimento gerado em ambiente escolar torne-se instrumento de mudança via práticas extensionistas. Tais práticas são percebidas como centrais não apenas para a ampliação do conhecimento e do aprendizado do estudante, mas também como uma oportunidade de se contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam no entorno da escola. Desse modo, ao se inserir numa atividade de Extensão, o estudante tem a oportunidade de apreender os vínculos e as conexões estabelecidos entre a teoria e a prática, passando a ser vistas não como elementos divorciados, mas como variáveis intrincadas e em constante interação, fundamentais para a construção de um modelo de educação mais holística.

As atividades de extensão ou atividades complementares são partes integrantes do Curso Técnico em Administração do IFES-BSF que podem viabilizar

essas mudanças. Tais atividades possibilitam ao/à aluno/a a construção de conhecimentos sociais, humanos, culturais e profissionais. No Câmpus BSF a Extensão é tratada como um grande laboratório de experimentação que beneficia docentes, alunos e comunidade. Assim, torna-se possível a mudança do/a estudante enquanto indivíduo socialmente envolvido nas questões que o/a cercam.

Sabe-se que a extensão é um instrumento essencial para o atual momento das instituições brasileiras de educação, ciência e tecnologia. Por meio dela, os acadêmicos aproximam-se da sociedade e têm a oportunidade de vivenciar a aplicação de conhecimentos, favorecendo, assim, os aspectos que precisam ser adequados à realidade local e aperfeiçoados para ampliar sua competência profissional da comunidade (ROSÁRIO et al., 2013). Desse modo, as atividades de Extensão possibilitam a formação do profissional técnico e se credencia, cada vez mais, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo junto à sociedade para a superação das desigualdades sociais existentes.

MENDONÇA e SILVA (2002) afirmam que poucos são aqueles que têm acesso ao conhecimento de qualidade produzidos nas instituições educacionais, científicas e tecnológicas do nosso país e que as atividades de extensão são imprescindíveis para a democratização do acesso não apenas à informação, mas aquela informação de qualidade, assim como para o redimensionamento da função social da própria instituição.

Com a extensão, o IFES influencia e também é influenciado pela comunidade, quando possibilita uma troca de valores entre a instituição e contexto onde está inserido. A Extensão deve funcionar de modo que a Instituição leve conhecimentos (assistência) à comunidade e também aprenda com o saber dessas comunidades, para que, juntos, possam construir as soluções para os problemas locais, respeitando anseios e necessidades da população.

Por outro lado, torna-se mais claro que atender necessidades e desejos de uma comunidade passa hoje pelo desenvolvimento cultural, social e economicamente sustentáveis. Dessa forma, percebemos que elementos de ordem ética passam a presidir o modo conforme a nova concepção de desenvolvimento emerge no contexto de interação escola/comunidade – uma lógica reconhecedora da sustentabilidade como um de seus fundamentos, já que não há mais espaço para práticas “desenvolvimentistas” que não considerem as necessidades locais e a preservação da fauna e da flora de uma região. Nesse sentido, o desenvolvimento passa a acontecer tendo como parâmetro outros referentes, que entrelaçam a possibilidade de se criar ambientes nos quais a autonomia

dos sujeitos sociais seja considerada, ao mesmo tempo em que se reconhece a centralidade da preservação ambiental.

OS PROJETOS DE EXTENSÃO E SEUS OBJETIVOS.

Na linha do desenvolvimento extensivo do Câmpus, serão relatados os objetivos de algumas atividades realizadas no ano de 2015, a saber: “Mostra de Trabalhos Amadores da Disciplina de Marketing”, “Workshop em Inovação”, “Curso de Cidadania e Educação Inclusiva” e “Curso de Formação em Direito do Consumidor para Lojistas”.

O objetivo da Mostra de Trabalhos Amadores da Disciplina de Marketing foi contribuir para o desenvolvimento e a aproximação do/a aluno/a técnico em administração do IFES /Câmpus Barra de São Francisco com o mercado de trabalho local. Já os objetivos do Workshop em Inovação tiveram a pretensão de introduzir o/a estudante no tema Inovação e Propriedade Industrial, estimulando o espírito empreendedor, preconizado para a atual formação do Técnico em Administração.

O projeto Cidadania e Educação Inclusiva teve como objetivo contribuir para a formação continuada de um grupo de professores/as das escolas municipais da cidade de Barra de São Francisco/ES. O projeto foi idealizado a partir da constatação de que havia uma demanda de formação nessa temática, entre os profissionais de educação da cidade.

Já o Curso de Formação em Direito do Consumidor para Lojistas teve o objetivo de analisar os direitos previstos na legislação consumerista, as práticas comerciais, bem como a qualidade e segurança dos produtos e serviços no mercado de consumo. Também foram apresentados os contratos mais comuns no dia-a-dia do consumidor e as possíveis práticas abusivas no mercado de consumo, relacionando o estudo de casos concretos a legislação pertinente, sobretudo ao Código de Defesa do Consumidor, oferecendo soluções práticas para as questões apresentadas.

METODOLOGIA DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS.

Quanto aos dados quantitativos foi feito o acesso às planilhas de dados do Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Câmpus Barra de São Francisco/ES.

Para a Mostra de *Marketing* foi criada uma comissão organizadora do evento, incluindo alunos de três turmas, sob coordenação do professor da disciplina, com apoio de um servidor administrativo que realizou o registro fotográfico do evento, e de um estagiário que forneceu apoio na organização da 1ª Mostra de Trabalhos Amadores da Disciplina de *Marketing*. Outros professores do Curso Técnico em Administração foram chamados para a composição da comissão julgadora dos trabalhos, cuja apresentação ocorreu no dia 30 de junho de 2015.

Em cada turma, os/as estudantes foram subdivididos em grupos de 4 a 5 alunos/as, os quais foram desafiados a escolher entre dois tipos de trabalhos, na forma de uma proposição de um produto novo ou um banner). Duas das turmas escolheram apresentar o trabalho no formato de banners para compilar o conteúdo mais importante da disciplina de marketing, porém de uma forma inovadora. Nessas turmas N2 e N3 cada grupo apresentou 5 banners, um para Marketing e os outros para os 4Ps do Composto de Marketing (Produto, Preço, Praça e Promoção).

Em outra turma, a N1, os grupos decidiram criar um produto a partir de um material plástico reciclável. No caso, o material utilizado foram copos de plástico de uma marca de macarrão instantâneo. Por fim, outro grupo de alunos resolveu adicionalmente aplicar os conteúdos da disciplina trabalhando o P de Promoção para aqueles produtos que já comercializavam informalmente, pois alguns dos/as estudantes da disciplina já trabalhavam fabricando e vendendo alguns produtos.

A comunidade em que os/as alunos/as estão inseridos foi convidada para conhecer os trabalhos de marketing produzidos na forma de painéis, além de conferir alguns modelos de produtos manufaturados expostos pelos/as alunos/as a partir de material reciclado. Durante o evento também foram expostos produtos e serviços prestados por um grupo de alunos/as empreendedores/as, visando a utilizar o conhecimento da disciplina de marketing para divulgarem suas ideias de pequenos negócios.

O curso de Cidadania e Educação Inclusiva foi ofertado na modalidade de aperfeiçoamento/educação continuada, para professores/as da rede pública de Barra de São Francisco, totalizando 180 horas. Foram ofertadas duas turmas: uma em cada semestre do ano de 2015. A primeira turma teve início no dia 23 de fevereiro e o término em 29 de junho. A segunda turma começou no dia 11 de agosto de 2015 e encerrou-se no dia 08 de dezembro desse mesmo ano.

Nos dois casos, foram ofertados 08 módulos, com 20 horas cada (modalidade semipresencial), tratando de aspectos diversos da educação inclusiva, desde as questões teóricas mais gerais, passando pelos apontamentos específicos como os desafios do desenvolvimento humano atípico e a Língua Brasileira de Sinais.

O Curso de Direito do Consumidor foi realizado em 5 (cinco) encontros, com carga horária de 3 horas por unidade, totalizando 15 horas. As aulas foram expositivas e dialogadas, apresentando o conteúdo legal e jurisprudencial, com interação da realidade dos comerciantes locais. O/A estudante teve acesso às ferramentas para desenvolver suas atividades de forma profissional e adequada aos padrões de atendimento à legislação consumerista, atuando de forma preventiva e resolvendo conflitos de forma juridicamente adequada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 é possível observar os detalhes de algumas das ações e atividades de extensão realizadas por alguns professores.

TABELA 1. Panorama das ações em discussão, realizadas pelo IFES /Câmpus Barra de São Francisco/ES.

Nome do Evento	Data de realização	Parceiros	Nº participantes	A atividade consolidou DEMAIS/MUITO o aprendizado dos participantes	Nota de avaliação geral (0 a 10)	Sugerem que essa atividade de extensão deveria se repetir
1ª Mostra de Marketing de Trabalhos Amadores do IFES /BSF	30.06.2015		101	88%	8,0	84%
Workshop: processo de inovação no interior do Espírito Santo: Região Noroeste	17.08.2015	IFES- Itapina IFRJ- Niterói AGIFES Escola João Bastos-BSF	117	70%	8,5	99%
Curso de Formação em Direito do Consumidor para Lojistas	12/05 a 09/06 (em Ecoporanga) e 23/06 a 31/07 (em Barra de São Francisco)	CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas	46	73%	9,5	80%
Cidadania e Educação Inclusiva	23.02.2015 e 29.06.2015	UFES NAPNE	56			

Apresentada a tabela acima, procederemos à análise dos resultados de cada uma das ações elencadas.

No que diz respeito ao projeto 1ª Mostra de *Marketing* de Trabalhos Amadores do IFES/BSF, todos/as os/as alunos/as participaram das atividades propostas. Foram confeccionados 15 painéis sobre o conteúdo e pelo menos 10 produtos a partir de uma proposta sugerida em sala de aula para aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da disciplina. Os/As alunos/as conseguiram trabalhar o *Mix* de *Marketing* (Produto, Preço, Pontos de Distribuição e Promoção) de forma adequada.

O *Workshop* sobre o Processo de Inovação no interior do Espírito Santo teve o objetivo de proporcionar a discussão sobre temas como “Inovação e Propriedade Industrial” para os câmpi do IFES do interior, que aperfeiçoam a formação profissional do estudante no atual ambiente de inovação do Estado. Além disso, houve a participação da comunidade, cujo objetivo foi democratizar a difusão do conhecimento adquirido no IFES. A aceitabilidade dos/as alunos/as e da comunidade das atividades de Extensão propostas variou de 70% a 88%, conforme Tabela 1.

Para a primeira turma do curso Cidadania e Educação Inclusiva foram ofertadas 25 vagas, das quais 24 foram ocupadas. Do total de 24 inscritos, 16 pessoas conseguiram concluir o curso com todas as atividades propostas. Na segunda turma, foram oferecidas 35 vagas. Tivemos 32 inscritos e 18 pessoas concluintes. As razões apontadas para a evasão foram: dificuldades com o horário das aulas [noturno]; dificuldades em acompanhar as leituras e cumprir com os prazos apresentados/definidos pela equipe executora; desinteresse pela temática e dificuldades com a metodologia adotada ao longo do curso.

A proposta da Cidadania e Educação Inclusiva levou em consideração a análise do atual momento histórico, caracterizado pelo fortalecimento dos discursos e das práticas sociais centradas na redução das iniquidades e das exclusões sociais. Um ponto que se tornou objeto de discussão em sala de aula foi a contradição do momento atual, marcado pela presença de ações e movimentos objetivando o cerceamento de direitos, de um lado, e as iniciativas de setores da sociedade, cuja meta navega numa direção contrária, ao postular a necessidade de se ampliarem os espaços democráticos e de vida cidadã, do outro.

Nesse contexto, a educação inclusiva entra em cena como uma das principais ferramentas de enfrentamento das exclusões no contexto das salas de aula. Ao longo de quatro meses foram apresentados ao grupo de professores/as que participaram das atividades propostas, o panorama da temática da cidadania e sua articulação com o tema da educação inclusiva. A intenção era fornecer

aos/às educadores/as participantes, ferramentas conceituais e teóricas que os/as habilitassem a elaborar projetos de educação inclusiva em seus espaços de trabalho, bem como fomentar um olhar mais crítico e ‘desnaturalizador’ acerca dos processos de exclusão de grupos sociais historicamente marginalizados. Uma das ideias centrais da proposta era de que, ao longo da história, a escola acabou por se constituir num espaço “normatizador” voltado para a formação de um tipo muito específico de sujeito, impedindo o acesso daquelas pessoas que não se enquadravam no modelo de “homem” proposto pela instituição escolar e pela sociedade em geral. A intenção era justamente a de questionar esse pressuposto que por tanto tempo deu balizas e referências de ação para as instituições de ensino. Nesse sentido, a escola – em suas dimensões gerais – possui uma dívida com aqueles/as considerados “improdutivos”, “anormais”, “deficientes”, “doentes” etc sendo, por conseguinte, necessária a realização de ajustes com o fim de resolver parte dessa dívida historicamente construída.

Alguns pressupostos de ordem ética e política nortearam a construção da proposta posteriormente colocada em prática. Dentre esses pressupostos, destacamos: a) a educação como um projeto politicamente engajado e comprometido com determinadas aspirações políticas e visões de mundo. Nesse sentido, a base teórica da proposta reconhecia o caráter ficcional de uma suposta neutralidade do conhecimento transmitido no âmbito das salas de aula e; b) o/a professor/a posiciona-se como um sujeito que ocupa um lugar de destaque e de primazia moral no contexto escolar, ao atuar como formador/a de opinião diante das turmas de estudantes. Apesar dos desgastes da autoridade docente, havia o reconhecimento de que as palavras e as atitudes de um/a professor/a ocupam lugar central na formação do imaginário e das posturas de um/a aluno/a, de forma que, caso esse/a professor/a se constitua num agente de difusão de ideias preconcebidas e perpetua processos de estigmatização, os danos para todos os movimentos que visam à contenção das exclusões em sala de aula seriam por demais expressivos.

O curso Cidadania e Educação Inclusiva também destacou a necessidade de se pensar a educação inclusiva de forma mais ampla, como uma “educação inclusiva multicultural”, levando a pensar nas diversas formas de exclusão e de invisibilidade fortalecidas no contexto escolar. O desafio era problematizar a própria noção de inclusão.

Em relação ao Curso de Formação em Direito do Consumidor para Lojistas, insta esclarecer que foi pensado para um público específico, visando a

um objetivo peculiar. Não se deve olvidar que o desenvolvimento econômico presenciado no Brasil nos últimos anos garantiu às famílias de todas as classes sociais um aumento do seu poder de consumo presenciado de forma positiva por todo o comércio de produtos e serviços. Esse cenário também contribuiu para o fortalecimento da acirrada concorrência entre lojistas de todos os ramos, que precisaram implementar formas criativas e inovadoras de captação e manutenção de clientes.

O perfil do consumidor brasileiro beneficiado nesse mercado concorrente é muito mais exigente e crítico quando comparado ao de décadas atrás, uma vez que a ele estão disponíveis uma maior quantidade e diversidade de produtos, serviços e tecnologias.

As relações jurídicas constituídas entre os agentes econômicos do mercado de consumo sofrem a incidência tanto dos princípios gerais da ordem econômica como dos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos (LISBOA, 2012, p. 23). Assim, o profissional do comércio, empresário, vendedor ou responsável pelo atendimento ao cliente sabe da necessidade de dominar as regras básicas que regulam a sua relação com os consumidores. Contudo, apesar de toda essa experiência vivenciada pelos participantes das relações de consumo (clientes e fornecedores de produtos e serviços), ainda persistem as posturas e práticas de desrespeito aos consumidores e seus direitos.

Partindo desse pressuposto, num mercado de altos índices de infração às normas de consumo e de clientes com alto nível de exigência por qualidade de atendimento, a melhor estratégia de *marketing* de relacionamento para o lojista é, atualmente, o domínio do conhecimento sobre os direitos dos consumidores e a sua aplicação por toda a equipe de vendas. Aquele que atende ao Código de Defesa do Consumidor e demais normas coloca-se à frente de grande parte dos seus concorrentes e terá, nessa cultura assimilada, um forte elemento de fidelização dos clientes.

Desta forma, os participantes puderam ter condições de levar para seus locais de trabalho os conteúdos aprendidos em sala de aula, tornando o processo, teoria x prática, uma realidade em seu ambiente laborativo; desenvolvendo, assim, suas atividades de forma profissional e adequada aos padrões de legais consumeristas nacionais, almejando a contínua melhoria de seus serviços prestados.

Nesse sentido, o “Curso de Formação em Direito do Consumidor para Lojistas”, oferecido pelo IFES Câmpus Barra de São Francisco em parceria com a CDL, proporcionou aos participantes condições de desenvolver as atividades

de forma profissional e adequada aos padrões de legais consumeristas nacionais, almejando a contínua melhoria de seus serviços prestados. Com efeito, foram abordados os direitos básicos do consumidor, apresentando as principais normas sobre qualidade e segurança dos produtos e serviços, as práticas comerciais e os abusos no mercado de Consumo, bem como a publicidade adequada e informações devidas ao consumidor.

Noutro vértice, é importante mencionar as parcerias firmadas para consecução dos projetos de extensão. Mesmo que de maneira não formalizada, houve o apoio de duas instituições parceiras: a Universidade Federal do Espírito Santo, representada pelo professor Hugo Cristo, do departamento de Desenho Industrial; e do Instituto Federal do Espírito Santo/Câmpus Itapina, representado pela equipe do NAPNE [Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas], que fez apresentação do coral de libras num dos eventos do curso. Ademais, o Câmpus Itapina contribuiu com o curso, enviando uma professora e um professor de Libras para ministrarem uma oficina e o módulo referentes a esse tema. Além das instituições públicas mencionadas, contou-se com o apoio da Câmara de Dirigentes Lojistas de Barra de São Francisco e Ecoporanga, responsável pela inscrição de seus filiados para o Curso de Direito do Consumidor, além de ceder espaço em suas dependências para as aulas.

Mesmo considerando as particularidades de cada uma das ações descritas, é possível verificarmos algumas questões que aparecem como pano de fundo e atravessam as propostas de Extensão. De certo modo, a questão do fortalecimento da cidadania permeia todos os trabalhos realizados. A criação de uma mentalidade mais afeita ao universo cidadão surge como uma das tônicas do trabalho realizado. Direitos e deveres, respeito ao consumidor, inclusão e exclusão, criatividade, autonomia e empreendedorismo surgiram como questões relevantes para os percursos formativos mencionados. De alguma forma, as atividades realizadas tocam em questões sérias e caras à sociedade brasileira em geral e para alguns aspectos da cultura local, em particular.

Por conseguinte, se é possível dizer que o avanço tecnológico e as inovações organizacionais colocam-se como centrais para o potencial de competitividade econômica do Brasil no mercado internacional, também pode-se afirmar que esse mesmo desenvolvimento só será viável e adequado se vier acompanhado do fortalecimento dos mecanismos institucionais e educacionais de educação e cidadania. Sem esses elementos, corremos o risco de um desenvolvimento truncado, desigual, perverso e com altos níveis de concentração de renda e poder.

A Rede Federal, por sua excelência e vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar ações inovadoras proativas, podendo contribuir de forma diferenciada na construção de novos indivíduos históricos, capazes de se inserirem no mercado de trabalho, compreendendo-se como ator principal, no contexto a sua comunidade. Espera-se a médio e longo prazo alguns impactos visíveis com as atividades de extensão do Campus Barra de São Francisco, como por exemplo, a geração de emprego, emancipação profissional, prática discente, vivência, resgate à cidadania, incentivo às atividades culturais, acesso à informação tecnológica e às políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos grandes méritos das atividades de Extensão no contexto dos cursos de formação técnica é a possibilidade para a expansão de uma concepção de educação que não descuide do papel político e social. Tal fato ocorre porque, por muito tempo, a educação tecnológica foi vista como uma concepção pedagógica menor, posto que divorciada de uma formação mais crítica e reflexiva, atuando, por conseguinte, com base no mero treinamento do educando para a ocupação de um posto no mercado de trabalho. Ao se conectar com as atividades de extensão, o ensino tecnológico vê-se diante de um imenso campo de possibilidades, na medida em que garante uma formação vinculada ao mundo do trabalho, sem descuidar de uma formação mais crítica e conectada com as necessidades de desenvolvimento e cidadania do educando e comunidade.

As atividades de extensão realizadas demonstram os esforços e a dedicação do IFES/Câmpus Barra de São Francisco não apenas em articular, mas também em promover e executar ações direcionadas à comunidade em que atua. Nesse contexto, a inovação está relacionada ao processo de ruptura com o paradigma dominante, ultrapassando a reprodução de conteúdo e avançando ao contribuir para a construção de novos saberes. Essas propostas alternativas de Extensão/Câmpus inserem-se no contexto de inovação hoje aplicado no Brasil. Tais propostas do IFES configuram-se como um eixo importante para a formação técnico-profissional e para o exercício da cidadania do/a aluno/a em ampla esfera. Desaa forma, a prática da interdisciplinaridade é imprescindível.

Com a Extensão, percebem-se repercussões positivas entre os/as estudantes, professores/as e a comunidade dos resultados alcançados não somente no âmbito da aprendizagem, mas na possibilidade de contribuir com o processo

de tomada de decisão mais consciente, quando os indivíduos conseguem perceber que estão inseridos em uma comunidade e que lugar ocupam nos diversos grupos sociais dos quais fazem parte.

REFERÊNCIAS

Atlas Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2013). Disponível no link http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/atlas_editorado_web.pdf. Acesso realizado em 13 de março de 2016.

BRASIL. Plano Nacional de Extensão do Ministério da Educação e Cultura/ MEC, Brasília, 2007.

IBGE (2015). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320090>

INCAPER (2014). Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. ProgramadeAssistênciaTécnicaeExtensãoRural.Planejamento-PROTEAR.2015-2018.REVISTA ES BRASIL (2014). A força do agronegócio do Espírito Santo. <http://www.revistaesbrasil.com.br/index.php/materias/geral/item/7315-a-forca-do-agronegocio-no-espírito-santo>

LISBOA, Roberto Senise. *Responsabilidade civil nas relações de consumo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. *Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras*. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro and ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2009, vol.14, n.41 [cited 2016-02-08], pp. 269-280.

PACHECO, ELIEZER. Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica. Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2010. Disponível no link http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3787-cartilha-eliezer-final&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso realizado em 16 de fevereiro de 2016.

ROSÁRIO, Cyntia Lopes; Araújo Klayton Oliveira de; Ferreira, Nataly Nunes et al. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária: experiências nos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Roraima. Simpósio Gestão e Tecnologia para a Competitividade 23.24.25 de Outubro de 2013. (2013). Disponível no link <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/56218703.pdf> Acesso realizado em 08 de fevereiro de 2016.

SOUZA, Angela Maria Andrade Marinho de. As instituições de ensino superior no Brasil: desafios e perspectivas para os gestores do século XXI - fundamentos em Pedro Demo e Pierre Bourdieu. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 5, n. 1, pp. 28-47, jan./fev./mar./abr. 2012.